



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA**  
**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL**  
**PÓLO DE PIRITIBA**

**Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre  
estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública  
do município de Várzea da Roça/Ba.**

**ANA PATRÍCIA FALCÃO DE OLIVEIRA RIOS**

PIRITIBA-BA

2014

ANA PATRÍCIA FALCÃO DE OLIVEIRA RIOS

**Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre  
estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública  
do município de Várzea da Roça/Ba.**

Trabalho Monográfico apresentado como  
requisito final para aprovação na  
disciplina Trabalho de Conclusão de  
Curso II do Curso de Licenciatura em  
Educação Física a distância da  
Universidade de Brasília – FEF EAD/UNB.

Orientador(a): JANAÍNA ARAÚJO  
TEIXEIRA SANTOS

PIRITIBA-BA

2014

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

ANA PATRÍCIA FALCÃO DE OLIVEIRA RIOS

### **Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba.**

Trabalho Monográfico defendido e aprovado como requisito final para aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso II e no Curso de Licenciatura em Educação Física a distância da Universidade de Brasília – FEF EAD/UNB.

---

Professor...

---

Professor...

---

Professor...

**CONCEITO FINAL:**

PIRITIBA-BA

2014

## DEDICATÓRIA

"Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças"(Mantoan)

Dedico este trabalho a todos os profissionais de educação que, assim como eu, acreditam numa escola como espaço da diversidade, onde todos tenham direito de aprender com qualidade.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao Senhor Jesus, por tudo. Ai de mim se não fosse a sua presença. Todas as vitórias que conquistei durante estes quatro anos agradeço a Ele em primeiro lugar, por ter me concedido saúde e muita força de vontade!

Aos meus pais, pelas palavras de afeto, incentivo e amor. Aos meus filhos, Geraldo e Beatriz não só agradeço pela compreensão como também lhes peço desculpas pela falta que lhes fiz durante este tempo. Quero dizer que o que fiz foi tão somente por eles.

Agradeço aos meus colegas, pela companhia, pelo apoio e pela cumplicidade. Nesta turma consegui fazer muitos amigos. Amigos verdadeiros, amigos para sempre.

Aos que trabalharam no pólo neste período, obrigada pela paciência e perseverança.

Aos professores, supervisores, orientadores e tutores, sou grata à dedicação e o esforço a favor do conhecimento. Em especial ao professor Carlos Henrique por sua humildade e crença numa educação livre de preconceitos, com qualidade e inclusiva; Conhecê-lo, foi pra mim, um privilégio. À professora Janaína que esteve diretamente envolvida nesta empreitada, fica aqui o meu agradecimento pelos conhecimentos adquiridos. Ao nosso tutor Ricardo pelo seu senso de humor, humildade e dedicação às suas tarefas. Aos demais, não tenham dúvidas de que a contribuição foi imensa; Não discorro aqui os seus nomes, somente para não cometer injustiças.

Por fim agradeço a todos que, direta ou indiretamente, estiveram ao meu lado nesta caminhada. Acordar às cinco e meia da manhã e pegar a estrada rumo a Piritiba, foi uma bela rotina, pra quem mora distante, um ritual do qual jamais irei esquecer. Transtornos, risos, longas conversas.... pura nostalgia.

Saudades...muitas,

“Grito da sineta  
na última aula. Alegria.  
Depois o silêncio”.

*\*Alexei Bueno\**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
1.1 Objetivo Geral.....	12
1.2 Objetivos Específicos.....	12
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	13
2.1 A Inclusão .....	13
2.2 Contextualização da paralisia cerebral .....	16
2.3 Formação de professor no contexto da Educação Inclusiva.....	20
2.4 O lúdico como essencial à inclusão de alunos com deficiências motoras .....	22
2.5 Possibilidades a serem trabalhadas com o aluno paralisado cerebral .....	26
3. METODOLOGIA.....	30
3.1. Delineamento do Estudo.....	30
3.2 População de Estudo.....	31
3.3. Seleção da Amostra de Estudo .....	32
3.4. Aspectos Éticos em Pesquisa.....	33
3.5. Instrumentos para coleta dos dados .....	33
3.6. Procedimentos de Estudo.....	34
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	36
5. CONCLUSÕES .....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	44

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AVD - Atividade da Vida Diária

DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais

DI – Deficiência Intelectual

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PPP – Projeto Político Pedagógico

SRM – Sala de Recursos Multifuncionais

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TDAH – Transtorno e Déficit da Atenção e Hiperatividade

TGD – Transtorno Global do Desenvolvimento

## RESUMO

A inclusão de estudantes com paralisia cerebral durante as aulas de Educação Física no contexto de uma escola pública no município de Várzea da Roça é o tema em discussão deste trabalho. Partiu-se da concepção de que o processo de inclusão é fundamental e necessária e que as metodologias utilizadas em jogos, brincadeiras e movimentos expressivos são recursos que se bem utilizados ajudam neste processo. Compete também destacar aqui a importância da formação docente e como isto contempla o objeto em estudo. Chama-se atenção nesta pesquisa sobre a necessidade constante de formação continuada pelo professor de Educação Física para que novas metodologias sejam incorporadas e adaptadas com o intuito de incluir. Foi possível perceber durante o estudo empírico e da pesquisa de campo sobre o tema em questão que tanto a escola como a família influenciam diretamente neste processo. A abordagem qualitativa com utilização de entrevistas deu-se a partir da pesquisa de alguns textos fundamentados sobre o assunto, concluindo-se que tanto as metodologias utilizadas quanto a formação docente devem ser questões prioritárias a inclusão de alunos com limitações motoras durante as aulas de Educação Física.

Palavras chaves: inclusão, Educação Física, metodologias, formação, limitações motoras.

## 1 INTRODUÇÃO

Segundo Mantoan (2004, p.15) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”. Supõe-se aqui, pelas palavras da autora que numa escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Segundo ela, primeiro passo para a construção de uma sociedade mais justa.

Incluir significa a capacidade que temos de entender o próximo/outro de forma que a convivência seja a mais democrática possível, considerando as diferenças e os limites de cada um. “Inclusão é estar com, é interagir com o outro”. (Mantoan,2004, p.15).

As escolas especiais institucionalizadas e mantidas por comunidades surgiam a todo vapor até mais da metade do século XX; Estas, durante este período e por muito tempo foi a única válvula de escape para as famílias que possuíam crianças com deficiências; Tais instituições, dentro das suas possibilidades específicas, recebiam e atendiam somente estas crianças e executavam as suas ações educativas dando algumas possibilidades de melhora a estes indivíduos; Já que estes não possuíam outra alternativa, senão a de conviver com outros que possuíam também deficiências. Porém, as escolas especiais, diferentemente das escolas inclusivas, só atendiam ou ainda atendem, crianças com deficiências, com altas habilidades ou com transtornos de comportamento; Já as escolas, caracterizadas como Inclusivas, possuem o papel transformador de atender a estes mesmos indivíduos no contexto do ensino regular e lhes dar condição física e pedagógica para que o processo ocorra da melhor maneira possível.

Há algum tempo vemos que não se suporta mais o fato da exclusão social como prática frente à sociedade contemporânea. Diante disso, a inclusão de crianças e jovens no contexto escolar com comportamentos atípicos vem criando reflexões, mobilizando sentimentos, transformando as relações de poder, criando leis e firmando aos poucos o processo de inclusão com objetivo de inserir dentro do meio social pessoas de qualquer cultura ou etnia, independente das suas religiões, cor, nível social ou gênero; Se possuem ou não quaisquer deficiências, físicas,

psíquicas, sensoriais ou transtornos de comportamentos. Privilegiando então à diversidade e repudiando o preconceito e a discriminação.

Com o intuito de atender a todos, à escola confere-se a responsabilidade social de independente de qualquer diferença presente no seu público alvo, educar com qualidade a todos, priorizando valores como o respeito ao limite do outro, à cooperação e a solidariedade. Uma Educação Inclusiva transforma a escola e todos que dela fazem parte, aliando o processo de ensino-aprendizagem à realidade de cada aluno, considerando-se às suas peculiaridades. Frente a este desafio estão as dificuldades que a mesma encontra em buscar meios de intervenção que sejam prioritários aos alunos com deficiências.

Questões estruturais e pedagógicas como a falta de formação docente, de capacitação dos seus agentes, adaptações do prédio, recursos materiais, entre outros, estão presentes na maioria das escolas que muitas vezes limita-se a apenas inserir crianças com deficiências nas salas de aula do ensino regular.

Como espaço privilegiado na troca de saberes, à escola cabe o papel de formar indivíduos para a vida; Tal conceito difundido ultimamente por toda a sociedade civil contempla a inclusão nesta de todos os indivíduos, independente da sua condição física, intelectual, sensorial ou quaisquer diferenças sócio-econômicas, de etnia ou cultural. Dar condição efetiva para que crianças e adolescentes desenvolvam plenamente o afetivo, o psicomotor e o cognitivo é obrigação da instituição educativa, haja vista a necessidade que as mesmas possuem nestas fases de suas vidas.

Esta presente pesquisa visa apresentar uma discussão sobre a inclusão de alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física no ensino regular no contexto de uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba para isso, uma questão torna-se o foco deste estudo: como desenvolver metodologias adaptadas para a inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas regulares de Educação Física em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba?. Visando compreender melhores formas de incluir verdadeiramente estas crianças e adolescentes com a utilização dos jogos, das brincadeiras, dos movimentos

expressivos e do esporte, foi necessário pensar em metodologias adaptadas para tornar esta tão almejada inclusão, uma forte aliada no ensino – aprendizagem.

A criança e/ou o adolescente paralisado cerebral estabelece dificuldades nas suas relações, causadas por lesões no cérebro que podem ocorrer ainda durante o desenvolvimento do bebê na gestação, durante o parto ou em qualquer época em que o cérebro do bebê está em desenvolvimento, necessitando adaptar-se ao meio em que está inserido; No caso da escola, é imprescindível que os professores e toda a comunidade escolar sirvam como mediadores do processo de ensino-aprendizagem. As aulas de Educação Física naturalmente estreita todas as relações, sendo considerada aqui como uma forma de inteirar este aluno com paralisia cerebral, por meio dos jogos, dos esportes das brincadeiras e dos movimentos expressivos, no meio em que está inserido; Para isto, é necessário que o professor utilize de metodologias adaptadas, buscando a cada atividade, a aprendizagem deste aluno e o sua total satisfação no que está sendo sugerido.

Incluir crianças e adolescentes no ensino regular de maneira que “todas” aprendam dentro das suas capacidades e limitações significa reorganizar o sistema de ensino e pesquisa em todos os níveis para que estas tenham acesso total à aprendizagem significativa, permaneçam na escola e possuam o apoio necessário para que o conhecimento aconteça.

### **1.1 Objetivo Geral**

- ▶ Compreender como ocorre o uso de ações e de metodologias utilizadas com vistas à inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas regulares de Educação Física no Centro Educacional Padre João Farias.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- ▶ Refletir sobre as atividades propostas pelo professor, tais como: jogos, esportes, brincadeiras e expressões corporais ao trabalhar com alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física;
- ▶ Identificar quais as dificuldades encontradas pelos alunos com paralisia cerebral para participar das aulas de Educação Física;
- ▶ Relatar dados sobre a formação inicial e continuada do professor de Educação Física sobre o tema “inclusão e deficiência física”.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 A Inclusão

A Carta Magna, Constituição de 1988, estabelece que “ O direito da pessoa à educação é resguardado pela Política Nacional de Educação independente de gênero, etnia ou classe social”. O estado garante “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino” (Artigo 208, inciso III). Considerando assim a tentativa de convivência com a diversidade dentro de uma perspectiva inclusiva no espaço escolar. “Ao poder público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiências o pleno exercício dos seus direitos básicos, inclusive dos direitos à Educação” (Artigo 02 da Lei Federal nº 7.853/89 de 24/10/89). Este documento, considerado como principal, assume os mesmos princípios propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim como este, o Estatuto da Criança e do Adolescente no seu Art. 54 diz que “é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente”: ensino fundamental obrigatório e gratuito, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade própria e atendimento educacional especializado para os portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Desta maneira, o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) afirma a necessidade de proteção integral a todas as crianças e adolescentes e destaca aqueles portadores de deficiências como incluídos no processo.

A Educação Inclusiva define-se como um processo de educação em classes comuns incondicional às limitações dos indivíduos. Esta inclusão que estamos discutindo, beneficia a todos os envolvidos direta e indiretamente. Começa a “se mostrar”, quando promulgada a LDB de 1996 nº 9394 em substituição a 5692 de 1971 que apenas mencionava um tratamento especial aos alunos que apresentavam deficiências físicas, mentais e aos superdotados.

Com a nova lei, o atendimento às pessoas com necessidades especiais passa a acontecer na rede regular de ensino, o que provoca, entre outros fatores, desencadeamentos diversos, questionamentos afins e uma busca em formação

continuada pelos professores que, em outra ocasião, consideravam às suas turmas homogêneas, utilizando-se de metodologias que não atendiam quaisquer necessidades que os seus alunos pudessem ter. Contudo, torna-se primordial que todas as ações e objetivos deste contexto sejam bem planejados e estruturados para que o fim maior não seja em si mesmo e sim num bem maior de respeito ao outro.

Outros documentos ou estatutos, considerados como Marcos Legais Nacionais merece destaque aqui. São eles:

A Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (1999) que assegura em seus princípios, o respeito às pessoas portadoras de deficiência, que devem receber igualdade de oportunidades na sociedade, por reconhecimento dos direitos que lhes são assegurados, sem privilégios ou paternalismos;

O Plano Nacional de Educação (2001) que estabelece objetivos e metas para a educação como por exemplo, os padrões mínimos de estrutura das escolas para atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais (NEE) e da formação inicial e continuada dos professores para atendimento às necessidades dos alunos;

A Convenção de Guatemala ( decreto 3.956/01) que compromete-se eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência;

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica que ratificam o compromisso do Brasil em construir condições para atender bem a diversidade dos seus alunos. “Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos”.

Dentre os marcos legais nacionais, outros embasam a Educação Inclusiva no mundo e que são, haja vista as leis brasileiras, fontes de referências. São eles:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) que nos seus Artigos 1º, 2º, 7º e 26º afirmam que todos os seres humanos nascem livres e iguais, sem

distinção alguma; Iguais perante a lei e que todos tem direito à educação, à liberdade, à vida digna, ao desenvolvimento pessoal e social e livre participação na vida da comunidade;

A Declaração de Jomtien (1990) que aconteceu na Tailândia na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, declara que todas as pessoas devem ter acesso à educação e satisfação das suas necessidades básicas de aprendizagem; A esta, o Brasil fez parceria comprometendo-se a erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no País;

A Declaração de Salamanca(1994) conferida na Espanha, deu oportunidade a diversos países, incluindo o Brasil em declarar e assumir que todas as crianças têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos e também que as pessoas com necessidades especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; Principal marco na área da Educação Inclusiva;

E por último a Convenção de Guatemala (1999) em que países reafirmaram que “as pessoas portadoras de deficiência tem os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o de não ser submetido a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano”.

Uma educação de qualidade para todos sem distinção, requer não somente o acesso e conseqüentemente o acolhimento da criança e/ou do adolescente na escola; Exige o apropriamento do conhecimento, de modo que todos os envolvidos concebam isto como essencial. Destes indivíduos, estão às pessoas com deficiências das quais são garantidos os seus direitos. E o modelo de professor, qual seria o ideal, um especialista ajustado a cada deficiência ou aquele único professor que atende a todos da mesma maneira, dentro das salas de aula de ensino regular? Estas e outras questões, que ora permeiam este contexto, devem ser resolvidas dentro de um modelo real de educação onde a diversidade esteja presente e a convivência democrática seja uma prioridade, devendo ser refletidas constantemente, de modo que novas hipóteses sejam retratadas.

Diante disso, a escola brasileira sofre ainda as pressões para acompanhar esse novo perfil educacional em que saber lidar com as diferenças é propósito fundamental. Como disse Mantoan, “Vivemos um tempo de crise global, em que os velhos paradigmas da modernidade são contestados e o conhecimento, matéria-prima da educação escolar, passa por uma reinterpretação”(p.16).

## **2.2 Contextualização da paralisia cerebral**

No Brasil existe uma vasta quantidade de estudos, pesquisas, teses, livros, artigos e outras publicações que destacam a questão da Inclusão escolar. Já não é mais novidade quando se salienta tal assunto porque se pensa em escola, lembra-se da infância e conseqüentemente de tudo o que envolve conhecimentos que cabe a ela transmitir através de práticas educativas que tenham como prioridade a inclusão de “todas” as crianças no processo educacional. Mas que inclusão é essa que não deixa crianças e adolescentes apropriarem-se dos conhecimentos transmitidos pela escola? Que prática pedagógica é esta que exclui e que não cumpre as políticas da inclusão? Ou ainda, que tipo de prática é esta que não permite que a criança e/ou o adolescente domine conhecimentos básicos, sabendo tão pouco diante do que poderia saber? Autores como Gouveia (2011) e Mantoan (2004) trazem essa discussão para o meio educacional e sintetizam bem as suas discussões em torno do assunto.

Sendo a escola espaço privilegiado de troca de saberes onde todos devem apreender conhecimentos a fim de desenvolverem as suas potencialidades, é cabível que também seja dela a responsabilidade de mensurar e apontar dificuldades específicas resultantes de quaisquer transtorno de comportamento, deficiências ou altas habilidades; É a escola que detém deste poder. É lá que se abre espaço de convivência com a diversidade. É neste espaço que as diferenças tornam-se comum a todos. Lá (na escola), não se produz pessoas, se contornam as pessoas, as lapidam, as tornam tão humanas quanto realmente as são. É fácil pensar que no emaranhado de ideias e pessoas que vivenciam histórias diferentes, estas mesmas se adaptem a somente um modelo que se diz legitimado socialmente em que somente as pessoas sem deficiências conseguem alcançar os seus objetivos?

Neste contexto educacional e mais especificamente em se falando em Educação Física, crianças e adolescentes que não possuem domínio total sobre os seus movimentos e que ainda dependem da intervenção profissional para que cheguem a determinado fim, como é o caso do paralisado cerebral, caminham neste âmbito com muitas dificuldades, haja vista a carência de formação profissional na área. Diament e Cypel (1996) apontam o paralisado cerebral ou a pessoa com deficiência de encefalopatia crônica não progressiva àquela que possui lesão de uma ou mais partes do cérebro, muitas vezes pela falta de oxigenação das células cerebrais, que acontece no momento do parto, durante a gestação e após o nascimento e assim descrevem sobre as suas causas:

a) Causas pré-natais: genéticas e/ou hereditárias; circulatórias; hipóxico-isquêmicas; hipotensão; eclâmpsia; hemorragias com ameaça de aborto; desprendimento prematuro da placenta; má posição do cordão umbilical; infecções (rubéola, toxoplasmose, lues, herpes), metabólicas (diabetes, desnutrição), tóxicas (medicamentos, drogas); malformações congênitas; e físicas (radiações, raios-X).

b) Causas Peri-natais: parto distócico; asfixia (hipóxia ou anóxia); hemorragias intracranianas; prematuridade e baixo peso; icterícia grave (hemolítica ou por incompatibilidade); infecção pelo canal do parto.

c) Causas pós-natais: meningencefalites bacterianas e virais; traumatismo crânio-encefálico; encefalopatias desmielizantes (pós-infecciosas ou pós-vacinais); processos vasculares; desnutrição, epilepsia.

De acordo com Reed (1991) não existe limite rígido de idade para que uma lesão pós-natal possa ocasionar quadro motor sequelar de paralisia cerebral, o importante é que incida sobre um sistema nervoso central imaturo. Nos países desenvolvidos, segundo este autor, a incidência de casos por nascimento varia, nos países desenvolvidos de 1,5 a 7/1.000 nascidos vivos, com prevalência de 500/100.000 pessoas.

Segundo Bobath apud. Strapasson & Duarte 2005, a criança com paralisia cerebral possui inteligência normal a não ser que a lesão tenha afetado áreas do cérebro responsáveis pelo pensamento e pela memória e é definida como uma desordem do movimento e da postura, devido a um defeito ou uma lesão do cérebro

imaturu. Não é progressiva, ou seja, o seu quadro clínico não se agrava; Pode debilitar a postura e os movimentos considerados normais associada à outras debilidades na fala, visão e audição e ainda acometimentos como a epilepsia e problemas de percepção.

Está assim classificada como Espástica, Atetósica e atáxica. A primeira é a mais comum, pois acontece em mais da metade dos casos; Caracteriza-se por apresentar reflexos hiperativos com movimentos descoordenados e deficiência mental. Para Lianza (1985, p. 289) a classificação de acordo com as características semiológicas da paralisia cerebral, “pode ser a seguinte: espástica 75%, atetósica 18%, atáxica 2% e mistas”. Esta última como uma associação de duas ou três formas desses tipos.

Como concluem Barbosa, Cezario e Bento (2009) num estudo que analisou o preparo de professores de Educação Física para atuar com crianças com paralisia cerebral, “... os profissionais avaliados não se sentem totalmente preparados e seguros para trabalharem com crianças com sequelas de paralisia cerebral junto às crianças do ensino fundamental regular” (p.308) por isto, como afirma entrelinhas os +autores, essa falta de preparação dar-se-á pelos profissionais da educação de maneira que, ao atuarem no ensino regular, não possuem quaisquer estímulos ou até mesmo experiências através de formações ao longo das suas carreiras que os preparem de maneira positiva para aplicarem na prática da Educação Física, situações motoras e/ou cognitivas que deem retorno benéfico às crianças e adolescentes com essa deficiência; Contudo, é relevante também considerar que estes mesmos professores que declararam-se despreparados, apontam a falta de material e estrutura da escola como fatores que dificultam às suas práticas, sejam elas em redes privada ou pública.

Segundo Gouveia (2011, p.15),

A escola ainda está estruturada para trabalhar com a homogeneidade mas esta não é a realidade que compõe a diversidade de pessoas carregadas de traços comuns, mas sobretudo diferenciados. Logo estamos diante de uma nova realidade que inclui, mas tem a diferença como sua marca.

A afirmação citada por Gouveia diz respeito ao conjunto de fatores que definem a convivência democrática como fundamental no processo de inclusão. Este

modelo tão atual e homogêneo de escola no qual o autor cita, inverte conceitos atuais dos quais o fator fundamental concentra-se na ideia de educação de qualidade para todos, indistintamente. Contudo, afirma o autor, a carência de profissionais especializados dentro das escolas de ensino regular a fim de promover um atendimento individualizado aos alunos com deficiência, só aumenta a prevalência desta escola que ele cita acima como homogênea, sem qualidade e seletiva. Não há reformas dentro destes espaços que modifiquem a convivência, se estas não derem menção ao atendimento de qualidade para todos, haja vista a diversidade tão presente dentro deste contexto.

Os paralisados cerebrais são destaque neste estudo quando Gouveia (2011) concorda que as aulas de Educação Física trazem benefícios a este grupo. Atividades como a dança, a ginástica, os jogos, as brincadeiras e os esportes são sugeridas pelo autor como desafios a serem ultrapassados na quebra de paradigmas de gênero e no desenvolvimento da força e da coordenação. É necessário nestes casos, que as limitações sejam respeitadas para que as pessoas com paralisia cerebral alcancem a interação comum a todos. “É procurada a elaboração de aulas com características diferentes, com o intuito de ajudar aquelas crianças, em todos os domínios básicos da atividade desportiva-motora, tendo em consideração as suas insuficiências individuais”. Cita Rusch (apud. Gouveia, 2011,p.18) reafirmando aquilo que disse anteriormente a favor das relações estabelecidas entre professor e aluno, aluno X aluno e comunidade escolar onde tornar-se parte da conjuntura das transformações e da troca de experiências é muito mais do que apenas acolher e cuidar de crianças e adolescentes com este tipo de deficiência.

O conhecimento das características de um paralisado cerebral nos faz perceber e de alguma maneira entender às suas limitações motoras; Estas são fundamentais a este estudo. É importante frisar também que estando a par das limitações neuromotoras dos alunos com paralisia cerebral é possível adaptar atividades pretendidas, sejam elas no esporte, nas brincadeiras, na dança ou nos jogos; Considerando estas como conteúdos curriculares da Educação Física. Área de benevolência tamanha, a Educação Física estreita as relações entre professor e aluno, aluno e aluno, criando vínculos e assim tornando um a completude do outro, sem ressalvas nas diferenças individuais. A passos lentos, a inclusão de crianças e

adolescentes com deficiências nas escolas, sejam elas particulares e/ou públicas, têm sido uma realidade constante, haja vista o processo de inclusão e de gestão democrática neste contexto; Pois sim, notadamente vemos esta “inclusão” como na verdade, uma inserção somente; Algo que é feito para cumprir a lei; Se deixa para trás a permanência destes alunos com paralisia cerebral e a qualidade daquilo que ele supostamente esteja aprendendo.

### **2.3 Formação de professor no contexto da Educação Inclusiva**

A discussão sobre formação de professores nos tempos atuais de crise social e ética é algo difícil de conduzir haja vista as escolhas que são feitas perante a defesa na formação do caráter e na transformação permanente da sociedade em si. A LDBEN (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), assim como as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), promove uma discussão em torno da questão com vistas nas responsabilidades que cabem ao estado de planejar e promover as ações que são de interesse público. Estas, quando direcionadas à educação devem se posicionar a qualidade para todos e ao bem estar coletivo; Daí a necessidade de investimento em formação de professores.

Neste aspecto, a nossa realidade brasileira se faz de ingênua; Não condiz com os interesses e não tão pouco com o que dizem os documentos oficiais; Como relata Sônia Kramer (2006, p.805), quando abre uma discussão sobre formação de professores no estado do Rio de Janeiro, os documentos como a LDB e as DCN não se associam. O que o primeiro promulga o segundo desfaz. “Na prática, observa-se a tentativa de conciliar, numa mesma situação, profissionais com níveis de escolaridade distintos”. O professor para atuar com crianças com deficiências matriculadas no ensino regular, antes de qualquer coisa, deve estar plenamente preparado, seja a deficiência oriunda de contexto intelectual, sensorial, motora ou transtornos de comportamentos e altas habilidades. No entanto, não basta assegurar apenas o que diz a lei. É necessário que outras barreiras sejam derrubadas para que as políticas de inclusão tornem-se realidade na prática cotidiana das escolas públicas. Destaca-se o despreparo do professor em oposição o que diz a própria LDB em seu Artigo 59:

- Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

Este Artigo esclarece que sendo o professor capacitado, mesmo que em nível médio, mas que tenha formação em educação especial na perspectiva da educação inclusiva, ele deve estar inserido dentro das salas de aula de ensino regular, que contenham alunos especiais, trabalhando como docente ou como apoio ao professor regente.

A definição de Educação Inclusiva validada na Declaração de Salamanca em 1994 tem uma dimensão em nosso país que vai além da inclusão de alunos com deficiências. Temos nas nossas escolas regulares, estas apenas programadas a atender o aluno ideal, sem problemas de aprendizagem e oriundos de ambiente familiar adequado, um número bem diversificado de alunos com problemas sócio-culturais, familiares e psicológicos e que fracassam na aprendizagem.

A isto, Mantoan comenta que,

Diante dessas novidades, a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais forma e instrui os alunos. E muito menos desconhecer que aprender implica saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos; implica representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos.

(...)

As condições de que dispomos, hoje, para transformar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois se pretende que as diferenças se articulem e componham e que os talentos de cada um sobressaiam (2004,p. 18).

Continua a autora, conferindo a necessidade de uma reestruturação da escola, numa perspectiva futura e próxima, indagando a qualidade do ensino como primordial, afirmando ser ela o espaço, o chão, o terreno, ideal para ensinar e aprender com qualidade.

Ao professor lhes cabem a oportunidade e o interesse da pesquisa e do avanço, na busca por formações que lhes dê experiência, haja vista a necessidade de adaptar o seu currículo e o seu ensino para o atendimento à diversidade de alunos que compõem as salas de aula de ensino regular. Esta adequação dar-se-á pelo tratamento e mudança de conteúdos, do processo avaliativo, na temporalidade e na organização pedagógica; Não dependendo exclusivamente de formação acadêmica na área; Como já foi mencionada, esta poderá se dá por complementação no exercício da atuação no ensino médio ou superior, através de cursos de pós graduação disponibilizados em faculdades de todo país.

Avaliar a formação de professores no contexto da educação inclusiva exige que se ultrapassem velhas discussões dos conteúdos curriculares atuais, as relações estabelecidas dentro do espaço da escola, as metodologias utilizadas e principalmente, o tipo de gestão presente naquele determinado espaço. Há de se considerar neste caso, as prioridades estabelecidas. Será que a relação gestão X professor X aluno com deficiência e vice-versa é importante de ser considerada? O aluno com deficiência, ali frequentando, está mesmo apreendendo/compreendendo aquilo que está sendo ensinado? Estas e muitas outras questões devem fazer parte desta avaliação, já que entendemos como incluir uma forma de interar no espaço do ensino regular, com qualidade, crianças e adolescentes com quaisquer tipos de deficiências.

#### **2.4 O lúdico como essencial à inclusão de alunos com deficiências motoras**

“Se examinarmos detalhadamente as práticas pedagógicas predominantes na atualidade constataremos a inexistência absoluta de brinquedos e momentos para brincar na escola”. Comenta Tânia Fortuna (2000, p.19), sobre a condição atual da presença do lúdico nas salas de aula.

A condição citada acima pela autora, embora preocupante poderá ser modificada com o resgate pelos professores de antigas brincadeiras e jogos que poderão servir como instrumentos de aprendizagem escolar. Destacando aí novamente o papel do professor como mediador, dependendo dele o pontapé inicial para que estes momentos tornem-se propícios ao conhecimento.

Essa situação que demonstra a falta do lúdico na aprendizagem das crianças quando refletida na escola, deixa os educadores apreensivos por considerarem que estas podem fazer a diferença principalmente na educação infantil. Neste caso, Fortuna (2002, p. 21) acrescenta que no momento do recreio até a hora da merenda, a espontaneidade apresentada pelas crianças, mesmo não sendo atividade lúdica, representa de alguma maneira um momento de prazer diferente do cotidiano das tarefas; Por isto, considera a supressão do recreio como uma possibilidade a menos na construção do aprendizado.

É de Wajskop (1994) a análise das contradições presentes no brincar que dificultam sua adoção com propósitos educativos:

- Enquanto o jogo é uma atividade livre e espontânea, o ensino é, por excelência, uma atividade dirigida;
- Ao brincar a criança supera a infância (por ex., no jogo dramático desempenha papéis que ultrapassam sua idade real), mas também constitui-se como tal, visto que a brincadeira contribui para seu desenvolvimento;
- No jogo estão presentes valores, a um só tempo, retrógrados e inovadores;
- O jogo é uma atividade regulada e, ao mesmo tempo, espontânea;
- O sujeito que brinca se apropria do mundo de forma ativa e direta, mas também através da representação, ou seja, da fantasia e da linguagem.

No entanto, de acordo com o citado acima, fica claro todas as contribuições positivas que o jogo e as brincadeiras proporcionam aos indivíduos. Sendo estas atividades livres e espontâneas, opostas as aulas dirigidas, influenciam veementemente no processo de apreensão de conteúdos assim como na formação integral do educando, seja ele um aluno com deficiência motora ou não.

Gisela Wajskop(1994) questiona

“Se a atividade do brincar tem sido, historicamente, assimilada a uma forma mais livre e informal de educação da criança pequena, porque é tão difícil para os adultos, em especial para os profissionais de educação infantil, relacionarem-se com ela?”

A autora justifica o seu próprio questionamento, posicionando-se a favor da presença da ludicidade no espaço da sala de aula e comenta sobre as práticas sem

planejamento do brincar, da inexistência de brinquedos e horários para brincar na escola como usurpadoras na formação da criança da Educação Infantil.

De acordo com a fala de Wajskop (1994), a natureza do brincar não pressupõe algo transmitido que depende simplesmente da ação direta do professor; Ao contrário, brincar significa uma ação conjunta, planejada e que depende de intencionalidade e não que seja algo espontâneo, sem direção e objetivos definidos. Ou como ela mesma completa, "... a brincadeira infantil constitui numa atividade em que as crianças, sozinhas ou em grupo, procuram compreender o mundo e as ações humanas nas quais se inserem cotidianamente".

Considerada por muitos autores como privilégio de apreensão de conhecimentos através da arte do brincar, as brincadeiras constituem-se em momentos em que as crianças, principalmente as inseridas na educação infantil, têm a oportunidade de ampliar suas regras de convivência, criar hipóteses sobre aquilo que vivencia e atribuir significados às coisas ao seu redor: Wajskop(1994), enfatiza bem isso em relação à organização da rotina diária, onde a mesma deve ser bem planejada em que o espaço, o tempo e os brinquedos naquele lugar, estabelecem uma relação positiva com as crianças. da creche e da pré escola.

A autora confirma nas entrelinhas a importância das brincadeiras nas escolas, destacando a sua real utilidade no espaço educativo. Contrária às antigas convicções sobre o significado das brincadeiras e dos jogos dentro do espaço escolar, Wajskop (1994) destaca na sua fala a importância do professor como mentor do planejamento das atividades lúdicas, ressaltando assim o seu papel na elaboração de todas as atividades propostas para fins dos objetivos almejados.

A discussão do conceito de ludicidade dentro das escolas está atrelada a inúmeras outras discussões de como este instrumento trás para as crianças o mundo da imaginação e a sua convivência em grupo; Aprende também a interagir, a organizar o seu pensamento e a lidar com sentimentos como a alegria e a frustração, a tristeza, a dor e o altruísmo; Crianças e adolescentes se reinventam na busca da sua autonomia; Com o faz de conta vivem situações e dá novos significados aos conhecimentos adquiridos; Através do contato com o lúdico,

desenvolvem a linguagem, a coordenação motora, desenvolvem às suas expressividades e a sua cognição.

As atividades lúdicas atribuem valores específicos para todas as fases da vida do indivíduo. Assim, tanto na idade infantil ou na adolescência a finalidade do lúdico na educação destes é essencialmente pedagógica. Durante as suas vidas escolares, as crianças assim como os jovens se opõem à escola e ao ensino-aprendizagem por considerarem estas formas de ensinar e conseqüentemente de aprender desprovidas de prazer. São várias as considerações que justificam essa angústia: as escolas não possuem ambiente acolhedor e as metodologias utilizadas em salas de aula não são atraentes para os alunos. Considerando que o espaço escolar não é somente a estrutura física, a moldura ideal e que dentro desta organização há relações que se estabelecem: relações harmoniosas, conflituosas, relações de educação entre alunos, entre alunos e professor e entre estes e o conhecimento. Algumas concepções estabelecidas nesta reciprocidade contínua podem ser autoritárias, permissivas e democráticas. Podem inclusive estarem centradas apenas naquilo que o professor deseja conseguir, nas imposições tracejadas por ele ou podem acontecer de maneira descentralizada, onde o foco do trabalho esteja voltado nas construções dialógicas pretendidas.

As ações lúdicas impregnadas nos sujeitos e nas relações que estabelecem consigo mesmo, com o outro e com o meio, são essenciais ao seu desenvolvimento e à apropriação do mundo. Isso se dá independentemente das condições e limitações de cada um; Neste sentido, considerando o comprometimento motor de crianças e adolescentes com paralisia cerebral, a ludicidade como prática pedagógica se estabelece como fundamental, ou porque não dizer como indispensável no processo metodológico, este considerado aqui como possibilidade para aquisição de novas habilidades e conhecimentos qualitativos por parte deste público alvo em atividades adaptadas de Educação Física.

Portanto, fica muito clara, a necessidade de uma reflexão constante sobre a prática para transformar o cotidiano nas escolas. Não há outra saída senão renovar as experiências e deixar o novo adentrar, sobretudo se este for de alguma maneira, plausível e útil ao que se pretende alcançar, tornando a escola um local onde a ludicidade tem significado real sobre a aprendizagem.

## 2.5 Possibilidades a serem trabalhadas com o aluno paralisado cerebral

No convívio do contexto escolar, o lúdico torna-se crucial a formação integral do aluno. Dentro desta reflexão, Strapasson (2005) sugere para a prática de Educação Física adaptada, um jogo que não restringe quanto ao comprometimento motor, ou seja, permite que qualquer pessoa o pratique, sejam elas paralisados ou com quaisquer deficiência motora; “basta que o praticante tenha a possibilidade de segurar a raquete e movimento de membros superiores” \_afirma a autora, ratificando o que disse anteriormente sobre a não restrição à sua prática. Além disto, o estudo mostra que o Polybat, tem sido valorizado como condição para o desenvolvimento motor, intelectual, social e afetivo de quem o pratica e ainda, segundo Sauron (1990) citado pela autora “alcança efeitos terapêuticos com melhora na amplitude articular, no tônus, na força, na resistência, na fadiga, na coordenação, na velocidade e na destreza”.

Rosadas (1989) citado neste mesmo estudo garante que este jogo segundo ele, “é aconselhável por proporcionar a amplitude do movimento e evitar o déficit orgânico a nível respiratório”. Strapasson (2005) ainda comenta que o Polybat é uma atividade simples, adaptado com sucesso nas escolas, clubes e associações. Williamson (1990/2000) cita alguns objetivos do Polybat: envolvimento físico/motor (controle da bola) e envolvimento psicológico (satisfação pessoal e independência).

A pretensão dos autores acima citados nesta pesquisa é de mostrar os benefícios alcançados com a prática do lúdico na Educação Física Adaptada aos alunos com paralisia cerebral ou comprometimentos motores. Não há, como eles mesmos salientam, qualquer impedimento nem da participação destes alunos acometidos por esta limitação ou da escola como espaço privilegiado à prática. Os instrumentos utilizados, segundo Strapasson(2005), são: uma mesa de 1,2 m X 2,4 m com proteção lateral para que a bola não passe, com altura suficiente para que uma cadeira de rodas tenha fácil acesso; Uma bola plástica (tipo de golf) e duas raquetes com área de 180 cm<sup>2</sup> e 30 cm de comprimento com cabo lateral e/ou central, a superfície da raquete pode ter uma cobertura de borracha. Concluindo que, em se tratando de materiais tão simples de serem confeccionados, a escola, juntamente com o professor de Educação Física e o de apoio, podem juntos conferir

todos os benefícios proporcionados por este jogo que já pôde apresentar-se como de fácil adaptação, haja vista a limitações do público em foco.

Outra pesquisa, sobre estratégias de ensino de Educação Física para alunos com paralisia cerebral ou deficiência motora, aborda, dentre outros pontos, os jogos desportivos, as atividades de balanceio, equilíbrio e queda como possibilidades a serem trabalhadas com os alunos com paralisia cerebral. Este estudo, realizado por Lopes (2013) aponta que tais atividades causam prazer a estes indivíduos e podem ser realizadas neste processo de ensino aprendizagem, observando três passos: os movimentos simples, os movimentos combinados e os de consciência corporal; Todos atrelados às limitações e as possibilidades de desenvolvimento de habilidades e competências. Manoel (apud. Lopes, 2013) salienta que,

Competência significa a capacidade de execução motora num nível ótimo e suficiente para a solução do problema motor. Cada indivíduo pode apresentar um padrão de movimento com competência mesmo que não o faça exibindo o padrão mais eficiente em termos mecânicos (...).

Portanto, a pessoa com paralisia cerebral, consegue, dentro da sua capacidade, desenvolver com competência os movimentos motores pretendidos e/ou solicitados; Sem que haja seleção de quem adquiriu melhores ou piores resultados, a fala do autor demonstra a condição de respeito e altruísmo tão necessária à(s) pessoa(s) que de uma forma ou de outra avalia esse processo de aprendizagem.

O papel do professor é de se debruçar em torno do assunto em face dos objetivos a alcançar. Contudo, a carência de profissionais, tema já discutido aqui, limita esse atendimento e dá ênfase à exclusão. As discussões, assim como as estratégias veiculadas ao assunto, trazem novos paradigmas educacionais e desperta o anseio por parte dos educadores físicos em resultados cada vez mais positivos em relação à interação social, à consciência corporal, ao desenvolvimento de habilidades motoras, afetivas e cognitivas; Todas, tão almejadas pelo paralisado cerebral e por suas famílias. Frisa Lopes, (2013) “Com metodologias adequadas todos saem ganhando e conseguimos ajudar na construção da sociedade acolhedora...” que, apesar de demonstrar especial atenção ao tema, utiliza erroneamente à palavra acolhedora; Apresentando-a como solução para os

indivíduos paralisados. E continua “(...) Quando os alunos se colocam em situações de ajudar e de serem ajudados, aprendem muito mais (...)” deixando outra vez a marca da assistência (ajuda) como essencial e não a relaciona em momento nenhum nesta fala especificamente, a inclusão como condição para que haja de fato uma convivência democrática dentro do contexto escolar.

Frente a isso, Mantoan (2004) faz um comentário que parece à primeira vista esclarecer o processo de inclusão escolar:

As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para entender como aprendemos e como entendemos o mundo e a nós mesmos.

Diante disso, a autora esclarece que ajudar crianças e adolescentes com deficiências não representa nada mais do que um momento, uma condição na qual necessita ser resolvida. O que norteia a prática da inclusão, não é o assistencialismo, o sentimento de pena; É sim, como disse bem Mantoan, a diversidade cultural, de gênero, étnica e religiosa que definem a nossa sociedade.

(...) podemos imaginar o impacto da inclusão na maioria das escolas, especialmente quando se entende que incluir é ensinar a todas as crianças indistintamente, em um mesmo espaço educacional: as salas de aula de ensino regular. É como se esse espaço fosse de repente invadido e todos os seus domínios tomados de assalto. A escola se sente ameaçada por tudo o que ela criou para se proteger da vida que existe para além dos seus muros paredes.

É exatamente essa diversidade que assusta e que presente dentro do contexto escolar, transforma o papel da escola diante a sociedade. Ensinar a todos indistintamente num mesmo espaço sem que haja discriminação é um papel deveras difícil porque sabemos que a escola, desde os seus primórdios sempre foi seletiva; Portanto, fazer de conta de que o papel de transformá-la é somente dos educadores sem a contribuição da família e de toda a comunidade escolar é enganar-se e contribuir para a não inclusão.

(...) a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais.

Comenta Mantoan (2004) a respeito desse impacto que a criança e/ou o adolescente com deficiência provoca quando chega na escola e depara-se com turmas homogêneas e com professores despreparados. É necessário, como já foi amplamente discutida em outros momentos, que o sistema educacional reconheça os seus atores (alunos) como parte essencial do processo; Sejam eles oriundos de onde forem; Com características diferentes ou não; O que importa é o objetivo em comum, o de aprender com a diversidade e com a busca intermitente da educação de qualidade para todos.

As condições de que dispomos hoje, para transformar a escola nos autorizam a propor uma escola única e para todos, em que a cooperação substituirá a competição, pois se pretende que as diferenças se articulem e componham e que os talentos de cada um sobressaiam. (Mantoan, 2004).

É o que diz a autora quando se refere a essa escola de qualidade que tanto buscamos e que negamos enxergar dentro desse espaço aquilo que pode fazer a diferença e que possui o poder de transformá-la, a sua diversidade.

### 3. METODOLOGIA

#### 3.1. Delineamento do Estudo

A pesquisa caracterizou-se como pesquisa descritiva e estudo de caso. Yin (1994) afirma que:

O estudo de caso trata-se de uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequada quando procuramos compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos fatores.

A fala de Yin é confirmada com a de Ponte (2006:2) que assim descreve o estudo de caso:

É uma investigação que se assume como particularística, isto é, que se debruça deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única ou especial, pelo menos em certos aspectos, procurando descobrir a que há nela de mais essencial e característico e, desse modo, contribuir para a compreensão global de um certo fenômeno de interesse.

Esta pesquisa possui como objetivo levantar dados sobre as metodologias aplicadas nos jogos, nas brincadeiras, nos esportes e nos movimentos expressivos pelos professores de uma escola pública no município de Várzea da Roça durante as aulas de Educação Física aos alunos com Paralisia cerebral, quais dificuldades estes alunos enfrentam e qual formação estes professores possuem na área de inclusão e deficiência física.

Para que fosse possível realizar este estudo, foi necessária uma pesquisa de campo com abordagem qualitativa. A escolha dessa abordagem, deve-se ao fato do estudo mais aprofundado do assunto visando conhecê-lo através das várias obras de autores citados para a construção de hipóteses futuras. Foram feitas leituras de artigos publicados na internet e de livros em que alguns autores descrevem sobre o desenvolvimento de metodologias adaptadas com a utilização de jogos, brincadeiras, do esporte e dos movimentos expressivos para inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física; As dificuldades enfrentadas por estes estudantes nestas aulas e a formação inicial e continuada dos professores.

Visando o pleno desenvolvimento da metodologia escolhida, todos os autores que estão em destaque neste estudo possuem artigos e/ou livros publicados na área; O que nos leva a crer que o tema em evidência que trata-se de uma discussão sobre a inclusão de alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física, como foco em formação de professores e as metodologias utilizadas é de interesse de todos os seguimentos educacionais que visam uma educação qualitativa par todos.

### **3.2 População de Estudo**

A unidade empírica de análise foi uma escola da Rede Pública Municipal de Ensino da cidade de Várzea da Roça/Ba, tendo como foco/sujeito em estudo, o professor de Educação Física da escola referida, uma aluna com paralisia cerebral e a sua mãe.

A instituição de ensino Centro Educacional Padre João Farias, selecionada para aplicação deste estudo, *está* localizada na Rua Caraíba, S/N, Bairro Alto da Colina, CEP: 44.635.000 no município de Várzea da Roça/Ba. A mesma funciona na modalidade regular do ensino fundamental I e II, possuindo como entidade mantenedora a Prefeitura Municipal. A escola possui 92 pessoas no seu quadro de funcionários entre eles: 65 professores, Um diretor, 3 vice-diretores, 2 secretárias, Um agente administrativo, 3 assessores administrativos, 2 assistentes administrativos, 13 auxiliares de serviços gerais e 2 coordenadores pedagógicos. Atende 410 alunos do ensino fundamental I e 700 alunos do ensino fundamental II, designando-se como a instituição escolar municipal com maior número de alunos.

No seu espaço físico há uma área ampla e aberta, utilizada na maioria das vezes em momentos de lazer pelos alunos. Contém uma secretaria, uma diretoria, uma sala para os professores, uma sala de informática, 19 banheiros, uma cantina e uma sala multifuncional ou de recursos, onde alunos com qualquer tipo de necessidade educativa especial recebem atendimento educacional especializado em horário oposto ao do ensino regular. A sala funciona com cinco profissionais qualificados, cada um com formação específica em TDAH (Transtorno e Déficit de Atenção e Hiperatividade), TGD (Transtorno Global do Desenvolvimento), Libras (Linguagem Brasileira de Sinais), Braille (Escrita em Relevo para Leitura Táctil) e DI

(Dificuldade Intelectual) para atendimento especializado e individual aos alunos que foram diagnosticados por uma equipe pedagógica ou durante o processo de atendimento com apoio da escola e da família. Possui equipamentos que dão apoio a este atendimento como: TV, Computadores adaptados, Impressoras, Scanner e materiais de cunho pedagógico para utilização pelos alunos e pelos professores.

O ambiente escolhido para este estudo caracteriza-se por ser de amplo espaço físico e por conter um grande número de alunos advindos de uma diversidade de culturas e condições socioeconômicas, permitindo neste contexto, um convívio democrático entre todos. A sua localização situa-se numa área um pouco distante do centro, porém habitada, com extensa área verde e boa iluminação. O acesso à mesma se dá facilmente através do transporte escolar que conduz os alunos que moram na sede do município e os que habitam a zona rural até a instituição.

O Centro Educacional Padre João Farias além de possuir fisicamente estrutura adequada à acessibilidade para todos, contém elementos indispensáveis à construção de uma educação qualitativa pelas oportunidades que detém sobre o seu poder. Tais oportunidades como, profissionais graduados, coordenadores pedagógicos e espaço físico adequado, são consideradas fundamentais para que o processo ocorra. Fica evidente, portanto, que a instituição possui condições favoráveis tanto físicas como pedagógicas que podem a curto e longo prazo servirem de base para solucionar as suas inadequações de caráter administrativo e pedagógico no que tange as ações educativas da docência e da sua organização como um todo.

### **3.3. Seleção da Amostra de Estudo**

Foram entrevistadas três pessoas, uma professora de Educação Física do ensino regular da cidade de Várzea da Roça, efetiva da rede municipal no ensino fundamental II e em fase de conclusão do curso de Licenciatura em Educação Física, pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia). A mesma só possui esta aluna com deficiência matriculada no 9º ano. Os demais entrevistados foram à aluna paralisada cerebral e a sua mãe, todas residentes na mesma cidade.

**Critérios de inclusão:**

- 1) Alunos com paralisia cerebral e/ou deficiência motora;
- 2) Compreender as informações fornecidas pelo pesquisador durante a coleta de dados;
- 3) Assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Critérios de exclusão:**

- 1) Alunos que não apresentem paralisia cerebral e/ou deficiência motora;
- 2) Não apresentar o termo de consentimento livre e esclarecido assinado pelo participante da pesquisa ou representante legal.

**3.4. Aspectos Éticos em Pesquisa**

Todos os indivíduos que participaram do estudo foram informados através de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sobre os procedimentos e objetivos do estudo (anexo 2).

O responsável pela Instituição, Centro Educacional Padre João Farias recebeu uma cópia do projeto de pesquisa e, bem como assinaram uma Declaração de Ciência Institucional (anexo 1).

**3.5. Instrumentos para coleta dos dados**

A coleta de dados deu-se por meio de observações (utilizando como instrumento de coleta, um relatório dissertativo) e a realização de entrevista. Optei por este instrumento (a entrevista), porque ao ouvir e registrar sobre as questões de interesse da pesquisa, eu poderia validá-la como mais próxima da realidade da minha aluna, ou seja, com a entrevista, poderia entender melhor sobre a sua convivência com pessoas que fazem parte do seu dia a dia e acompanham as suas atividades, em casa, na rua e na escola.

O objetivo da entrevista, que consta em média de sete questões, visa a obtenção de informações sobre a rotina da aluna paralisada cerebral, as suas dificuldades e limitações nas AVD's (atividades da vida diária), as dificuldades ao participar das aulas de Educação Física, o seu grau de satisfação ao participar, de

fazer parte de todo o contexto escolar; Se a mãe da aluna e a professora estão satisfeitas quanto aos recursos materiais e pedagógicos disponíveis, se a instituição dispõe de estrutura acessível, se possui, dentro do seu currículo de ensino, prioridades à inclusão, se os professores possuem formação quaisquer na área da educação inclusiva/especial e/ou deficiência física, enfim, se há nesta realidade, condições que possam acrescentar em potencial ou não ao processo de inclusão de alunos com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física.

Inicialmente, optei por entrevistar a mãe da aluna; Então lia as questões e registrava às suas falas; Logo ao concluir, fiz a leitura das suas respostas para que a mesma pudesse ratificar a veracidade. Tinha mãe e filha ao meu lado, no mesmo momento; Então, como já havia combinado me dirigi à aluna e dividir o questionário em três partes; A primeira realizei e registrei. Assim como fiz com a sua mãe, li em voz alta e quis saber dela se era aquilo mesmo o que ela teria falado. No dia seguinte, respondeu a segunda parte e no outro dia, a última. Enfim, todas as respostas foram registradas e concordadas com o entrevistado. A entrevista com a professora fugiu um pouco do que havia planejado por ter havido um imprevisto com a mesma; Por isto, não tive oportunidade de estar com ela na elaboração de suas respostas; Contudo, ao deixar as questões elaboradas com a mesma, mostrou-se com boa vontade e no seu tempo, respondeu todas e se dispôs a ajudar.

### **3.6. Procedimentos de Estudo**

Os Procedimentos para análise e discussão dos dados deram-se por método dedutivo e obedeceram as seguintes etapas:

- 1) Pedido formal ao responsável pelo aluno para realização da pesquisa;
- 2) Solicitação à professora da aluna paralisada cerebral, assim como da sua e a da sua mãe, de contribuição na pesquisa no que concerne às suas participações na entrevista e autorização, no caso da professora, da minha presença durante algumas aulas práticas para fins de observação;
- 3) Observação das aulas;
- 4) Realização das entrevistas com o professor, com a aluna e com a sua m

Para avaliar o nível de inclusão da aluna com paralisia cerebral no contexto das aulas de Educação Física, considerando a sua convivência familiar, as suas próprias convicções e a visão do professor, foi necessário a realização de entrevista com questionamentos abertos destinados a cada um dos entrevistados especificamente.

A entrevista com a aluna com paralisia cerebral visa verificar o seu grau de limitações ao participar das aulas, como se sente tendo em vista estas limitações, se consegue amenizá-las com a ajuda da comunidade escolar, dos colegas e/ou do próprio professor e de que maneira certas atividades lhes satisfazem.

A entrevista com a mãe da aluna buscou entender como se dá esta relação entre mãe e filha, considerando as suas próprias limitações, as dificuldades encontradas no âmbito das AVD's (atividades da vida diária), as questões de acessibilidade dentro e fora da escola, a visão que possui sobre as adaptações de currículo no estabelecimento que a filha estuda, o grau de participação da filha ao participar das aulas, nos relacionamentos que estabelece na escola; Se consegue perceber nos dirigentes e em todos os integrantes da comunidade escolar, interesse em solucionar quaisquer dificuldade(s) que a sua filha ou qualquer outro aluno com deficiência possa apresentar.

A entrevista com a professora de Educação Física da aluna com paralisia cerebral deu-se com o objetivo de conhecer o seu processo de formação acadêmica na área de Educação Especial, as suas dificuldades no processo ensino-aprendizagem para alunos com deficiências físicas nas aulas de Educação Física, o seu grau de satisfação quanto à assistência pedagógica da própria escola quanto aos materiais e métodos, o processo de planejamento das aulas e como percebe a sua própria atuação neste contexto.

As respostas aos questionamentos foram avaliadas levando-se em conta principalmente o grau de satisfação da aluna em participar das aulas de Educação Física, as suas dificuldades, a metodologia utilizada pelo professor e o apoio pedagógico dado pela escola.

#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Aqui, discutiremos o processo de inclusão da aluna com paralisia cerebral nas aulas de Educação Física e suas implicações metodológicas, de formação e pedagógicas, tomando como referências o registro oriundo das observações realizadas da participação da aluna nas aulas de Educação Física, da metodologia utilizada pelo professor e principalmente das respostas às entrevistas e as falas dos entrevistados.

A análise destes resultados deu-se por categorias. Cada dado foi comparado e as respostas sintetizadas uma a uma. Ressalto que não pretendo avaliar ou analisar a prática deste professor naquela referida escola, o que quero na realidade é discutir sobre as questões metodológicas, de formação e pedagógicas que “travam” o processo de inclusão de alunos com deficiência motora nas aulas de Educação Física.

Nas entrevistas, uma pergunta foi comum tanto à mãe quanto à aluna sobre como lidam cotidianamente com as dificuldades/limitações nas AVD's ( atividades da vida diária). As duas responderam mostrando uma relação de dependência total; Ambas estão sempre juntas, em casa, na escola e também na rua. As atividades que a aluna realiza como alimentar-se, vestir-se e outras, sempre contam com o cuidado da mãe. Como esta mesma relata: “Ajudo a minha filha em praticamente todas as atividades. Desde o momento que ela acorda...” e a filha completa: “...minha mãe me ajuda quando vou ao banheiro, comer...” Strapasson e Duarte (2009) descrevem bem sobre estas dificuldades na postura e nos movimentos devido a lesões no cérebro de um paralisado cerebral; Daí podemos entender certas limitações e dependências citados nas falas.

Contudo, destaco aqui a super-proteção da mãe sobre a filha. Não apenas analisando somente esta resposta, mas durante o tempo de observação e pelos comentários que ouço na própria escola, a mãe da aluna sente-se muito insegura em libertá-la durante as atividades, não confia em terceiros, limitando a sua filha na realização das atividades diárias. Considerando os percalços enfrentados por ambas as partes e talvez com prejuízos maiores à aluna com deficiência, entendo que se a mãe da mesma a deixasse mais livre, lhe impondo alguns limites e lhe passasse

mais confiança, a aluna poderia ganhar mais autonomia, característica que lhe possibilitaria compreender melhor a utilização do seu tempo diário.

Foram feitas perguntas que refutam sobre as dificuldades encontradas no pedagógico e de acessibilidade aos três entrevistados; Estas questões pedem aos mesmos que relatem sobre as relações da equipe pedagógica neste processo de inclusão, como é a situação de acessibilidade na instituição que frequentam e sobre as adaptações de currículo contidas no PPP (Projeto Político Pedagógico) da mesma. As respostas foram claras, similares entre professor e mãe de aluna, mas totalmente incompatíveis com a conclusão da aluna que relata a sua relação com a gestão como boa, talvez para ela, ideal; Diz: “Todos me ajudam no que for preciso”. Então, as respostas apresentadas pelo seu professor, assim como a da sua mãe, mostram que a escola não possui estrutura de acessibilidade nenhuma, destacando os banheiros; Continuam relatando sobre a parte pedagógica em que dizem não possuem apoio dentro das salas de aula, com profissionais especializados; Mencionam o funcionamento da SRM (Sala de Recurso Multifuncional), mas concluem dizendo que a aluna não frequenta. “Existe a sala de recursos, porém a aluna não frequenta, diz não gostar e não conhecer” \_ relata a professora de Educação Física. E conclui salientando sobre as dificuldades que enfrenta na tarefa de incluir. “É uma tarefa difícil, a inclusão no âmbito escolar. Materializar o conteúdo da grade curricular de acordo com as peculiaridades do aluno ‘deficiente’ \_ conclui destacando esta como a sua maior dificuldade”.

Mantoan define a escola que queremos e cita Morin neste texto que afirma que “...para reformar a instituição, temos que reformar as mentes, mas não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições”. Afirmando a necessidade de mudar e de transformar, tão presentes nas falas dos entrevistados, as dimensões pedagógicas e institucionais. “Se pretendemos que a escola seja inclusiva, é urgente redefinirem-se seus planos para uma educação voltada à cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. (MANTOAN, p.5,2004).

Diante desta fala, podemos concluir que a reforma das instituições citada por Morin tão necessária para que haja transformações no contexto escolar, dar-se-á desde a sua estrutura ao seu redimensionamento enquanto ensino-aprendizagem. É

notório que numa escola inclusiva as mudanças aconteçam de modo que privilegiem o público no qual irá atender; por isto e compreendendo que todos devem estar inseridos com qualidade dentro das salas de aula de ensino regular, é emergente que se priorizem tais transformações.

Sobre o planejamento e suas adaptações, questionei apenas à professora que disse tentar nas suas aulas de Educação Física, adaptar a sua metodologia com os materiais disponíveis.

Neste caso é importante salientar que as adaptações curriculares estão subdivididas em duas categorias, as de grande e de pequeno porte. Esta primeira refere-se às ações de natureza administrativa, política e financeira, a saber: Adaptações de acesso ao currículo; Adaptações de objetivos; Adaptações de conteúdos; Adaptações do método de ensino; Adaptação de sistema de avaliação; Adaptação de temporalidade. As de pequeno porte são aquelas voltadas para a práxis do professor, na sua atuação direta em sala de aula. São as adaptações nos objetivos de ensino, nos conteúdos ensinados, no método, na avaliação e na temporalidade (BRASIL,2000,p.08). Contudo, a ação da professora é apenas uma tentativa de inclusão, se considerar o que diz o documento citado.

Ao questionar as três entrevistadas sobre como se dava a participação dos alunos com deficiências nas aulas de Educação Física, cada uma respondeu de uma forma: a professora disse não incluir em todas as aulas, que só integra em algumas atividades; “Em alguns momentos “poucos” eles são incluídos” (professora de Educação Física); A mãe disse estimular a participação da filha no contexto destas aulas, mas destaca: “...algumas vezes ela se recusa”. A própria aluna com paralisia diz gostar; Afirma o comentário da mãe quando diz que às vezes não quer brincar. “A pró sempre me chama; Eu gosto muito, mas tem dias que fujo e não quero brincar por causa de dor e do sol e da preguiça”. Conclui.

Ainda refletindo sobre as adaptações curriculares, é importante que se enfatize a necessidade de ir além, construindo ações pedagógicas voltadas meramente em decisões sobre o quê ensinar, como e para que ensinar. No sentido de que haja êxito nas práticas de salas de aula, no estímulo do aluno e efetiva inclusão.

Em relação à interação da aluna com os colegas na sala de aula e durante as atividades, o que dizem os entrevistados? Os três, sem exceção, relatam uma interação da aluna com os colegas sem preconceitos e com muito respeito. “Eles não são tratados como “coitadinhos” e sim como pessoas capazes de superar os seus próprios limites” \_ (professora de Educação Física).

“Ela interage com todos, principalmente com quem ela estuda junto há tempos e com os mais amigos. Conhece do porteiro às moças da cantina” \_ diz a mãe.

“Gosto de todo mundo. Dos meus colegas e das outras pessoas da escola também” \_ relata a aluna sobre como se sente em relação às suas limitações. Quando questionada se em algum momento sentiu-se excluída, ela continua: “Já. Dois colegas estavam me imitando... procuro não ficar perto deles”, conclui.

Foi questionado apenas à mãe da aluna, como ela vê a questão da acessibilidade no contexto social; À mesma respondeu que tal situação vem melhorando, que a sua filha não utiliza cadeira de rodas, “mas quem necessita ainda encontra problemas de acesso”. Completa.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados sobre a participação da aluna paralisada cerebral em atividades adaptadas e suas relações com os colegas, faz-se necessário aqui refutar sobre as diferenças de integrar e incluir, destacadas por Mantoan neste mesmo artigo “O direito de ser sendo diferente na escola”: O processo de inserção escolar tem sido entendido de diversas maneiras\_ conclui a autora: “O termo integração refere-se mais especificamente à inserção escolar de alunos com deficiência na escola comum...”. No caso da inclusão, a mesma é definida como “... uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”.

Diante disso, é necessário fazer-se entender que a realidade mostrada nas falas é compreensível se pensarmos que esta instituição, haja vista acolher a todos, inclusive a aluna com paralisia cerebral, não possui competência para ser avaliada como uma instituição inclusiva, considerando esta distinção feita pela autora.

Quando pergunto a aluna sobre do que mais gosta de fazer na aula de Educação Física, ela diz: “Jogar bola e dançar, que gosto muito”.

Fortuna (2002, p. 20) cita: “Brincando, reconhecemos o outro na sua diferença e na sua singularidade e as trocas inter-humanas aí partilhadas podem lastrear o combate ao individualismo e ao narcisismo tão abundantes na nossa época, restituindo-nos o senso de pertencimento igualitário”. Assim, podemos considerar, segundo a autora, o ato do brincar tão bem cogitado no depoimento da aluna como essencial na convivência com a diversidade e conseqüentemente fundamental à inclusão. Convém também comentar que este pertencimento igualitário citado pela autora é entendido aqui como sentir-se fazendo parte do mundo e das interações com a sociedade. “Na brincadeira somos exatamente quem somos e, ao mesmo tempo, todas as possibilidades de ser estão nelas contidas. Ao brincar exercemos o direito à diferença e a sermos aceitos mesmo diferentes ou aceitos por isso mesmo” \_Conclui ainda a autora (p.21).

Duas questões foram direcionadas apenas à professora; A 1ª, sobre a sua formação, se ela teve oportunidade de aprender sobre deficiências e/ou sobre adaptações de currículo e materiais; Disse ter tido oportunidade apenas com disciplina de libras e em seminário temático em jogos para cegos, como godboal e futebol em dupla, exemplifica com as atividades vivenciadas na faculdade; A 2ª pergunta diz respeito a uma auto avaliação do seu próprio desempenho. Como é percebido? Possui dificuldades?

Enfatiza salientando que possui muitas dificuldades e que estas estão relacionadas principalmente com a total falta de apoio pedagógico da instituição, tendo que dividir-se entre a aluna e o restante da turma. Comenta: “...muitas vezes, eu diria que todas, tenho que doar atenção à minha aluna enquanto o restante da turma fica a desejar”.

“O professor é formador, mediador entre professores ou futuros professores e o conhecimento. Os professores precisam, para construir a sua autonomia (...) buscar este conhecimento nos espaços culturais e científicos...” declara Sônia Kramer, sobre formação de professores e suas implicações. Tal citação relaciona à fala da professora entrevistada que salienta a sua limitação em formação na área da

Educação especial. Considero assim com o que disse Kramer sobre isto; Pesquisar, construir autonomia; Buscar conhecimentos n'outros espaços fora da sala de aula \_ Tecendo assim o processo de formação tão indispensável a qualquer professor e neste caso em discussão, ao professor de Educação Física que possui alunos com deficiências motoras ou paralisadas cerebrais nos contextos das suas salas de aula.

A Comparação destes resultados dados pelas respostas das entrevistas aplicadas, com os estudos relacionados de autores como FORTUNA, MANTOAN E KRAMER, mostram a concordância no mesmo foco das três: a inclusão como essência a uma convivência democrática; Cada uma em suas especificidades de argumentos, demonstram relevâncias a este aspecto e concordam nas suas falas, com os objetivos propostos desta pesquisa sobre as metodologias utilizadas pelo professor e a sua formação continuada.

## 5. CONCLUSÕES

Dentro do contexto da pesquisa apresentada, com o intuito de responder à questão norteadora colocada como foco deste estudo em que questiona-se como desenvolver metodologias adaptadas para a inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas regulares de Educação Física em uma escola pública no município de Várzea da Roça/Ba, foram desenvolvidas algumas considerações finais.

É possível compreender, diante do cotidiano das aulas de Educação Física que podemos ver hoje em que alunos com deficiências motoras ficam à margem, sem atividades definidas que atendam as suas especificidades, que a mudança de metodologias destas aulas, assim como a identificação das dificuldades encontradas por estes alunos na prática destas aulas e ainda a questão da formação continuada do profissional de educação, devem ser questões tratadas com prioridade na educação desta escola em menção ou n'outra qualquer que tenha a inclusão como assunto presente no seu contexto curricular.

É imprescindível, haja vista o citado acima, que tanto os jogos como as brincadeiras e/ou os movimentos expressivos, estejam incluídos como recursos metodológicos às aulas de Educação Física a todos os alunos e adaptados àqueles que apresentem limitações motoras. As formas de como crianças e jovens paralisados cerebrais ou com quaisquer limitações motoras lidam dentro do espaço escolar durante as aulas de Educação Física com estes recursos e suas relações com o professor da disciplina, são pontos preciosos para que se possa avaliar o êxito das ações pretendidas e os resultados encontrados.

Conforme foi possível observar diante das leituras feitas dos textos disponíveis de autores citados e das pesquisas de campo realizadas, a inclusão de alunos com limitações motoras durante as aulas de Educação Física e suas implicações, é uma necessidade haja vista um ensino-aprendizagem de qualidade para todos. Em função disto, a utilização do lúdico como recurso pedagógico é apenas uma parte neste processo de inclusão, se considerarmos o contexto desafiador no qual professor, aluno e comunidade escolar estão inseridos; Para isto, algumas questões devem ser destacadas e dentre as demais, está o prévio planejamento das ações propostas. Todas as situações de aprendizagem que

presumem estarem ajudando na construção do conhecimento de jovens e crianças com limitações motoras devem ser muito bem planejadas de acordo com o que se propõe alcançar.

A participação destes alunos nas aulas de Educação Física, utilizando os jogos, as brincadeiras e os movimentos expressivos, implica deixá-los construir as suas próprias identidades e ganharem autonomia enquanto pessoas que são respeitadas diante das suas limitações. Trata-se da possibilidade de ações coletivas onde as interações acontecem e fluem de maneira prazerosa e eficaz.

A inclusão no contexto das aulas de Educação Física é deveras importante e a atuação do professor como mediador nestas ações é indispensável. Contudo, constata-se que tanto esta mediação quanto as ações e também as relações estabelecidas com os alunos com deficiência, devem ser prioridade no cotidiano das aulas de Educação Física.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Carmem Patrícia; CEZÁRIO, Ana Carolina; BENTO, Natália Duarte. Análise do preparo do professor de Educação Física em atuar com crianças do Ensino Fundamental vítimas de paralisia cerebral visando inclusão escolar. **Revista Saúde e Pesquisa, Maringá/PR**, v.2, n.3, p. 301 – 309, set/dez 2009.

BOBATH, K. apud. STRAPASSON, A.M.; DUARTE, E. **Proposta de ensino de polybat para pessoas com paralisia cerebral**. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, Umuarama, v.10, n.3, p.165-75, 2005.

BRASIL, **Assembléia Nacional Constituinte**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal/ Sec. Especial de Editoração e Publicações, 1988.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei 9694/1996. Disponível em <[Http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>.

BRASIL, **Ministério da Educação**. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção 1E, p. 39-40, 2001.

BRASIL / Ministério da Educação e Cultura. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes curriculares nacionais** Gerais da Educação Básica; Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, 1999.

DIAMENT, A.; CYPEL, S. **Neurologia infantil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1996.

FORTUNA, Tânia Ramos. **Aventuras psicopedagógicas na sala de aula: a contribuição do construtivismo piagetiano**. Revista Psicopedagogia. São Paulo, 13 (31), 19-24, 2002.

GOUVEIA, João Pedro de Leote Sousa. **Dissertação de Mestrado em Ensino Especial. “Estratégias a utilizar para promover a participação de alunos com Paralisia Cerebral nas aulas de Educação Física**. Escola Superior de Educação Almeida Garrett – Lisboa, 2011, p. 15.

KRAMER, Sônia . **As crianças de 0 a 6 anos nas políticas Educacionais no Brasil: educação infantil É fundamental**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 27, n. 96 - Especial, p. 797-818, out. 2006.

LIANZA, S. **Paralisia cerebral**. In: LIANZA, S. **Medicina de reabilitação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1985. p.270-303.

LOPES, Francisco Junielison Correia. **Estratégias e metodologias de ensino de Educação Física voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência motora**. Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em metodologia do ensino de Educação Física. Faculdade Evolução.Sobral, 2013.

MANOEL, E. J. (1994). Apud. LOPES, Francisco Junielison Correia. **Estratégias e metodologias de ensino de Educação Física voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência motora**. Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em metodologia do ensino de Educação Física. Faculdade Evolução.Sobral, 2013.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. O direito de ser, sendo diferente, na escola. In: **SEMINÁRIO SOBRE DIREITO DA EDUCAÇÃO. CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**, Brasília/DF: 2004, p.15-18.

PONTE, João Pedro. **Estudos de Caso em Educação matemática**. Bolema, 2006, p. 25, 105-132.

REED, U.C. **Encefalopatia não-progressiva da infância ou paralisia cerebral (PC)**: In: NITRINI, R.; BACHESCHI, L.A. **A neurologia que todo médico deve saber**. São Paulo: Maltese, 1991. p.305-11.

ROSADAS, S.C. **Atividade física adaptada e jogos esportivos para o deficiente. Eu posso. Vocês duvidam?** Rio de Janeiro: Atheneu, 1989.

RUSCH, Howard (1983) apud. GOUVEIA, João Pedro de Leote Sousa. **Dissertação de Mestrado em Ensino Especial. “Estratégias a utilizar para promover a participação de alunos com Paralisia Cerebral nas aulas de Educação Física**. Escola Superior de Educação Almeida Garrett – Lisboa, 2011, p. 18.

SAURON, F.N. **Terapia física**. In: CASALIS, M.E.P. **Reabilitação: espasticidade**. Rio de Janeiro: Atheneu, 1990. p.35-48.

STRAPASSON, Aline Miranda. Proposta de ensino de polybat para pessoas com Paralisia Cerebral. **Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas**. P. 30-44, Campinas/SP, 2005.

Wajskop, Gisela. **O brincar na educação infantil**. (1994). Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n92/n92a06.pdf> Acesso em: 20 Agost. 2012.

WILLIAMSON, D. **Polybat (tênis de mesa com lateral): um esporte em desenvolvimento para jovens e adultos com deficiências severas**. Tradução Maria Cobra Melo. [S.l.: s.n., entre 1990 e 2000]. (Projeto Adaptado da Universidade de Nottingham Trent).

YIN, Robert. **Case Study Research: Design and methods** (2ª edição) Thousand Oaks, CA: Sage publications.1994.

**LISTA DE APÊNDICES**

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (aluno).....	48
Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (professor).....	49
Apêndice C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (mãe de aluno) .....	50
Apêndice D- Termo de Ciência da Instituição.....	51

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (aluno)

## TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

(Crianças e Adolescente)

Eu, Rosaleide Paz de Araújo Rios RG 4.384.409 responsável pela criança/adolescente: NATHALLY PAZ DE ARAÚJO RIOS autorizo sua participação na para utilização de fins acadêmicos e científicos de título: **Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba.** Fui devidamente esclarecido pelo estudante Ana Patrícia Falcão de Oliveira Rios sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades. Foi-me garantido que poderei desistir desta autorização em qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Também fui informado que os dados coletados durante a pesquisa, serão divulgados para fins acadêmicos e científicos, através de um Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) que será apresentado em sessão pública de avaliação e posteriormente disponibilizado para consulta através da Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UnB.

V. da Roça 17 de setembro de 2014

Rosaleide Paz de Araújo Rios

Nome / assinatura

Rosaleide Paz de Araújo Rios  
Aut: 17.0010/13  
Vice Diretora

Ana Patrícia Falcão de O. Rios

Pesquisador Responsável

Nome e assinatura

### TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, Josiane Fernandes de Almeida, RG 0741943-19, aceito participar desta pesquisa para utilização de fins acadêmicos e científicos de título: **Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba**. Fui devidamente esclarecido pelo estudante Ana Patrícia Falcão de Oliveira Rios sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades. Foi-me garantido que poderei desistir de participar em qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade. Também fui informado que os dados coletados durante a pesquisa, serão divulgados para fins acadêmicos e científicos, através de um Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) que será apresentado em sessão pública de avaliação e posteriormente disponibilizado para consulta através da Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UnB.

maio, 28 de setembro de 2014

Josiane Fernandes de Almeida  
Nome / assinatura

Ana Patrícia Falcão de O. Rios  
Pesquisador Responsável  
Nome e assinatura

### TERMO DE CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, Rosaleide Paz de Araújo Rios RG 4.384.409,  
 aceito participar desta pesquisa para utilização de fins acadêmicos e científicos de título:  
**Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com  
 paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da  
 Roça/Ba.** Fui devidamente esclarecido pelo estudante Ana Patrícia Falcão de Oliveira  
 Rios sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os seus objetivos  
 e finalidades. Foi-me garantido que poderei desistir de participar em qualquer momento,  
 sem que isto leve a qualquer penalidade. Também fui informado que os dados coletados  
 durante a pesquisa, serão divulgados para fins acadêmicos e científicos, através de um  
 Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação Física) que será  
 apresentado em sessão pública de avaliação e posteriormente disponibilizado para  
 consulta através da Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UnB.

V. da Roça, 17 de setembro de 2014

Rosaleide Paz de Araújo Rios  
 Nome / assinatura

Ana Patrícia Falcão de O. Rios  
 Pesquisador Responsável  
 Nome e assinatura

Rosaleide Paz de Araújo Rios  
 Aut.: 17.0010/13  
 Vice Diretora

## TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA ESCOLA OU EMPRESA

Eu, MURILO OLIVEIRA DA SILVA RG 09729773-92  
 responsável pela escola/empresa CENTRO EDUCACIONAL PADRE JOÃO FARIAS  
 no exercício do cargo de DIRETOR autorizo a realização da pesquisa para fins  
 acadêmicos e científicos de título: **Educação Física e Inclusão: Uma discussão  
 sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do  
 município de Várzea da Roça/Ba.** Fui devidamente esclarecido pelo estudante  
 Ana Patrícia Falcão de Oliveira Rios sobre a pesquisa, os procedimentos nela  
 envolvidos, assim como os seus objetivos e finalidades. Foi-me garantido que poderei  
 cancelar a autorização em qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.  
 Também fui informado que os dados coletados durante a pesquisa, serão divulgados  
 para fins acadêmicos e científicos, através de um Trabalho de Conclusão de Curso  
 (Licenciatura em Educação Física) que será apresentado em sessão pública de avaliação  
 e posteriormente disponibilizado para consulta através da Biblioteca Digital de  
 Trabalhos de Conclusão de Curso da UnB.

V. DA ROÇA, 19 de SETEMBRO de 2014

  
 Nome / assinatura

DIRETOR  
 Cargo/função

Murilo Oliveira da Silva  
 Aut.: 17.0011/1  
 Diretor

Ana Patrícia Falcão de O Rios  
 Pesquisador Responsável  
 Nome e assinatura

LISTA DE ANEXOS

Anexo A - Entrevista com a aluna Paralisada Cerebral.....	53
Anexo B - Entrevista com a mãe da aluna Paralisada Cerebral.....	55
Anexo C - . Entrevista com a professora da aluna Paralisada Cerebral.....	57



O senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa **Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba.** Este questionário tem por finalidade, Compreender as ações e o uso de metodologias para a inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas regulares de Educação Física, o que propiciará ao pesquisador subsídios para a realização do trabalho de conclusão de curso (TCC) da faculdade de Educação física da UAB/UNB Todas as informações aqui contidas são sigilosas e os sujeitos da pesquisa não serão identificados. Para maiores informações poderá entrar em contato com o supervisor da disciplina, professor Américo Pierangeli e com a orientadora Prof<sup>a</sup> Janaina Teixeira pelo email: janafisiot@gmail.com  
Agradecendo pela colaboração.

Pesquisador responsável: Ana Patrícia Falcão de Oliveira Rios

---

**1) Quais são suas limitações ou dificuldades para realizar as tarefas diárias?**

---

---

---

---

---

**2) Na escola, como se sente em relação a estas limitações?**

---

---

---

---

---

**3) Já houve algum(s) momento(s) que se sentiu excluída na escola?**

---

---

---

---

---

**4) Em sua opinião, você sente que os diretores, funcionários e professores tentam solucionar os problemas que você enfrenta devido as suas limitações?**

---

---

---

---

---

**5) Você participa de todas as atividades nas aulas de Educação Física?**

---

---

---

---

---

---

**6) Em sua opinião, o professor(a) de Educação Física deveria apresentar ou adaptar atividades em que você possa participar da mesma maneira que os outros colegas?**

---

---

---

---

---

---

7) Quais as atividades que você mais gosta de praticar nas aulas de Educação Física?

---

---

---

---

---

---

ANEXO B – Entrevista com a mãe da aluna Paralisada Cerebral



O senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa **Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba.** Este questionário tem por finalidade, Compreender as ações e o uso de metodologias para a inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas regulares de Educação Física, o que propiciará ao pesquisador subsídios para a realização do trabalho de conclusão de curso (TCC) da faculdade de Educação física da UAB/UNB Todas as informações aqui contidas são sigilosas e os sujeitos da pesquisa não serão identificados. Para maiores informações poderá entrar em contato com o supervisor da disciplina, professor Américo Pierangeli e com a orientadora Prof<sup>a</sup> Janaina Teixeira pelo email: [janafisiot@gmail.com](mailto:janafisiot@gmail.com)  
Agradecendo pela colaboração.

Pesquisador responsável: Ana Patrícia Falcão de Oliveira Rios

---

**1) Quais são suas limitações ou maiores dificuldades que sua filha enfrenta para realizar as tarefas diárias?**

---

---

---

---

---

**2) Como você vê a questão da acessibilidade para pessoas com deficiência no contexto social?**

---

---

---

---

---

**3) Em sua opinião, a escola em que sua filha estuda apresenta barreiras físicas e de adaptação do currículo que dificultam o acesso integral e aprendizagem?**

---

---

---

---

---

**4) Em sua opinião, você sente que os diretores, funcionários e professores tentam solucionar os problemas que sua filha enfrenta devido as suas limitações?**

---

---

---

---

---

---

5) Sua filha participa de todas as atividades nas aulas de Educação Física?

---

---

---

---

---

---

---

---

6) Como mãe, você percebe que sua filha está conseguindo interagir com os outros colegas e professores, e tem sido bem aceita por eles?

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

ANEXO C – Entrevista com a professora da aluna Paralisada Cerebral



O senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa **Educação Física e Inclusão: Uma discussão sobre estudantes com paralisia cerebral em uma escola pública do município de Várzea da Roça/Ba.** Este questionário tem por finalidade, Compreender as ações e o uso de metodologias para a inclusão de estudantes com paralisia cerebral nas aulas regulares de Educação Física, o que propiciará ao pesquisador subsídios para a realização do trabalho de conclusão de

curso (TCC) da faculdade de Educação física da UAB/UNB Todas as informações aqui contidas são sigilosas e os sujeitos da pesquisa não serão identificados. Para maiores informações poderá entrar em contato com o supervisor da disciplina, professor Américo Pierangeli e com a orientadora Profª Janaina Teixeira pelo email: janafisiot@gmail.com

Agradecendo pela colaboração.

Pesquisador responsável: Ana Patrícia Falcão de Oliveira Rios

---

**1) Em sua formação acadêmica você teve oportunidade de aprender sobre as deficiências ou sobre adaptação de currículo e materiais para pessoas com deficiência?**

---

---

---

---

---

**2) Como você lida com tarefa de incluir alunos com deficiência física nas suas aulas? Qual a maior dificuldade enfrentada por você?**

---

---

---

---

---

---

**3) A equipe pedagógica tem oferecido suporte junto aos professores para que os alunos sejam incluídos na escola?**

---

---

---

---

---

**4) Como se dá o planejamento de atividades adaptadas para os alunos com deficiência? Geralmente são feitas adaptações de materiais e métodos para as aulas?**

---

---

---

---

---

---

**5) Os alunos com deficiência da escola participam ativamente de todas as atividades nas aulas de Educação Física?**

---

---

---

---

---

---

**6) Como percebe a interação dos seus alunos durante as atividades? Colaboram uns com os outros?**

---

---

---

---

---

---

**7) Como percebe a sua própria atuação neste contexto? Tem dificuldades? Comente um pouco sobre isto.**

---

---

---